

LOGISTICA REVERSA DE EMBALAGENS DESCARTADAS DE AGROTOXICOS ENVIADAS PARA O IDARON DE VALE DO PARAISO-RO

SILVA, Sandra Cristina da¹
ALENCAR, Cícero Aparecido de²

RESUMO

No Brasil, as embalagens vazias de agrotóxicos representavam um grande problema ambiental por falta de destinação final adequada. Com base nisso foi criado o InpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias), órgão regulamentado pelo governo com o objetivo de administrar com eficiência a destinação final dessas embalagens, exigindo o comprometimento de todas as áreas envolvidas. À medida que a sociedade se tornava maior e mais desenvolvida, as técnicas de agricultura também seguiam este ritmo, aplicando-se tecnologias cada vez melhores. Por outro lado, essas tecnologias à medida que se desenvolveram, as precauções não evoluíram nas mesmas proporções, causando problemas como contaminação por diversas vias, principalmente pelo uso de defensivos agrícolas e o descarte inadequado das embalagens destes produtos (ANDRADES e GANIMI, 2007). A destinação final das embalagens vazias de agrotóxicos na região estudada é um procedimento complexo que requer a participação efetiva de todos os agentes envolvidos na fabricação, comercialização, utilização, licenciamento, fiscalização e monitoramento das atividades relacionadas com o manuseio, transporte, armazenamento e processamento dessas embalagens. Este estudo tem como objetivo diagnosticar por qual motivo não está ocorrendo a devolução de agrotóxicos descartada após o uso por agricultores ou pecuaristas da região do Vale do Paraíso - RO. Para tal, foi selecionada uma amostra composta por 30 pessoas (consumidores), de ambos os sexos, da região do Vale do Paraíso - RO. Esta pesquisa, no tocante à abordagem, caracteriza-se como sendo do tipo qualitativa. Segundo o portal do Idaron do estado de Rondônia, para disciplinar a produção, o uso, a comercialização e a destinação final das embalagens vazias o Governo criou uma legislação específica: a) Leis Federais nº7802/1989, nº 9974/2000 e decreto nº 4074/2002; b) Lei Estadual nº 1841/2007 e decreto 13563/2008. Entretanto, pela caracterização dos objetivos, esta pesquisa pode ser definida como sendo do tipo exploratória (SIENA, 2007). A fim de atender aos objetivos desta pesquisa, foram aplicados os instrumentos e técnicas de pesquisas, numa tentativa de concretizar a coleta dos dados necessários para subsidiar os resultados do estudo em todas as etapas da sua evolução, foi adotado o uso de técnicas de entrevistas estruturadas e com análise documental (SIENA, 2007). Para a solução do problema apresentado, foi utilizado o método qualitativo. Para a análise dos dados, os resultados encontrados foram organizados em planilhas e gráficos, a fim de comparar e interpretar todos os escores, sendo utilizado o Pacote Office Microsoft Excel 2010, para a geração de planilha e tabela. A pesquisa se desenvolveu através da aplicação de um questionário junto aos produtores usuários de agrotóxicos, que permitiram mensurar o grau de conhecimento sobre normas de segurança no uso de agrotóxicos, as obrigações ambientais, e as práticas adotadas na busca de minimização dos riscos da sua utilização. O questionário permitiu a identificação dos principais fatores associados ao processo de aquisição, manejo, aplicação dos defensivos e procedimentos de prevenção adotados. Conclui-se através de dados preliminares, considerando que a pesquisa se encontra em andamento, que não existe um programa efetivo combinando as responsabilidades do ofertante e do demandante do produto no que se refere à segmentação das embalagens descartadas colocando em risco a sua exposição em ambientes sujeitos à contaminação.

Palavras-chaves: Agrotóxicos. Embalagens. Comercialização. Destinação

BIBLIOGRAFIA-LONDRES, F. Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 190 p, 2011.

MOREIRA, L.F.; et al., Impacto ambiental e administração de problemas toxicológicos na utilização de inseticidas agrícolas. Cad. Adm. Rural, Lavra, vol. 8, n. 1, jan/jul 1996.

SAIANI, C. C. S.; **DOURADO,** J.; **JÚNIOR,** R. T. (Org.). Resíduos sólidos no Brasil: oportunidades e desafios da lei federal nº 12.305 (lei de resíduos sólidos). Barueri, SP: Minha Editora, 2014.

¹Acadêmica do 8º período de Administração do CEULJI/ULBRA. E-mail: s-crys@hotmail.com

²Msc pela UFSC, Prof. de Administração do CEULJI/ULBRA: E-mail: cicero.alencar@hotmail.com